

ANTONIO CECÍLIO MOREIRA PIRES

A DESCONSIDERAÇÃO  
**DA** PERSONALIDADE  
JURÍDICA **NAS**  
CONTRATAÇÕES  
PÚBLICAS

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2013 by Editora Atlas S.A.

Capa: Nilton Masoni

Projeto gráfico e composição: CriFer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pires, Antonio Cecílio Moreira  
A desconsideração da personalidade jurídica  
nas contratações públicas / Antonio Cecílio  
Moreira Pires. – – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8608-3

ISBN 978-85-224-8609-0 (PDF)

1. Contratos administrativos – Brasil 2. Desconsideração da  
entidade jurídica 3. Direito administrativo – Brasil 4. Pessoa  
jurídica – Brasil I. Título.

13-12225

CDD-35(81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Desconsideração da personalidade jurídica :  
Direito administrativo 35(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução  
total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.  
A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# Sumário

## *Introdução, 1*

### **1 A Norma Jurídica e o Ilícito, 3**

- 1.1 As diferenças entre ilícitos, 6
- 1.2 Conceito de ilícito administrativo, 8
- 1.3 Os condicionantes do ilícito administrativo, 9
- 1.4 As excludentes da ilicitude, 12

### **2 A Sanção Jurídica, 14**

- 2.1 A sanção nos ordenamentos jurídicos alienígenas, 15
- 2.2 A sanção administrativa, 17
  - 2.2.1 Função administrativa, 17
  - 2.2.2 Poder administrativo, 18
  - 2.2.3 A função administrativa punitiva, 20
- 2.3 A sanção administrativa e sua finalidade, 20
- 2.4 Os regimes de sujeição da sanção administrativa, 22
- 2.5 A sanção administrativa enquanto dever, 23
- 2.6 A questão dos conceitos jurídicos indeterminados na sanção administrativa, 24

### **3 As Sanções Decorrentes da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais Legislações Vigentes, 27**

- 3.1 Aplicação de sanção pela não assinatura do contrato, 28
- 3.2 Multa por atraso na execução do contrato, 28
  - 3.2.1 A rescisão do contrato prevista no art. 86, § 1º, da Lei 8.666/93, 29
- 3.3 As sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, 30
  - 3.3.1 Advertência, 31
  - 3.3.2 Multa, 33
  - 3.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, 34
  - 3.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, 35

- 3.3.5 Uma análise das diferenças entre as penas de suspensão e declaração de inidoneidade, 35
  - 3.3.5.1 Os efeitos da pena de suspensão e declaração de inidoneidade, 36
  - 3.3.5.2 A questão da competência para aplicação de penalidades, 43
  - 3.3.5.3 O lapso temporal da suspensão e declaração de inidoneidade, 44
- 3.3.6 O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, 45
- 3.3.7 As penas restritivas do direito de licitar e contratar nos demais diplomas legais, 47
- 4 **O Regime Jurídico Sancionatório, 53**
  - 4.1 O regime jurídico sancionatório no contexto do regime jurídico administrativo, 54
    - 4.1.1 O Estado de direito enquanto princípio, 55
    - 4.1.2 O princípio da legalidade, 56
    - 4.1.3 O princípio da tipicidade, 58
      - 4.1.3.1 O regulamento, 59
    - 4.1.4 O princípio da irretroatividade, 61
    - 4.1.5 A retroatividade da lei mais benigna, 62
    - 4.1.6 O princípio do *non bis in idem*, 63
    - 4.1.7 Culpabilidade, 66
- 5 **O processo administrativo, 68**
  - 5.1 O conceito de processo administrativo, 70
  - 5.2 O conceito de procedimento administrativo, 71
  - 5.3 Processo e procedimento administrativo, 72
  - 5.4 Aspectos constitucionais do processo administrativo, 73
  - 5.5 A Lei do Processo Administrativo Federal à luz da Constituição Federal, 75
  - 5.6 Os princípios informadores da Lei do Processo Administrativo Federal, 77
    - 5.6.1 O princípio da publicidade, 79
    - 5.6.2 Princípio da oficialidade, 80
    - 5.6.3 Princípio do informalismo, 80
    - 5.6.4 Princípio da gratuidade, 81
    - 5.6.5 Princípio do devido processo legal, 82
      - 5.6.5.1 A cláusula do devido processo legal no direito brasileiro, 83
- 6 **A Aplicação Subsidiária da Lei do Processo Administrativo Federal nas Sanções Decorrentes das Licitações e Contratos, 87**
  - 6.1 A instauração do processo administrativo sancionatório nos moldes da Lei 9.784/99, 88
  - 6.2 A fase instrutória do processo administrativo, 89
    - 6.2.1 A intimação e o atendimento ao princípio do contraditório, 90
    - 6.2.2 O direito de defesa e o contraditório, 91
      - 6.2.2.1 A prova, 94
      - 6.2.2.2 Diligências e laudos periciais, 96
      - 6.2.2.3 Pareceres, 96
      - 6.2.2.4 O atendimento ao princípio da motivação enquanto exigência do contraditório e da ampla defesa, 97
      - 6.2.2.5 Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade em favor do contraditório e ampla defesa, 100
    - 6.2.3 As alegações finais, 102
    - 6.2.4 O relatório final, 103
    - 6.2.5 A decisão, 103
    - 6.2.6 O recurso e a revisão administrativa, 105
  - 6.3 A sanção administrativa prevista na Lei 8.666/93 e a Lei 9.784/99, 107

- 7 **A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Privado, 109**
  - 7.1 A pessoa jurídica de direito privado, 111
  - 7.2 Breves reflexões históricas sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, 112
  - 7.3 A desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, 114
    - 7.3.1 Desconsideração no Código de Defesa do Consumidor, 115
    - 7.3.2 Desconsideração na Consolidação das Leis do Trabalho, 116
    - 7.3.3 A desconsideração da personalidade jurídica ao lume da Lei 12.529/11, 117
    - 7.3.4 A desconsideração da personalidade jurídica no direito ambiental, 117
    - 7.3.5 A desconsideração da personalidade jurídica no Novo Código Civil Brasileiro, 118
- 8 **A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Aplicação das Penas Restritivas do Direito de Licitar, 120**
  - 8.1 Breves reflexões acerca do regime jurídico administrativo, 121
  - 8.2 O problema da desconsideração da personalidade jurídica em razão de omissão legislativa no direito administrativo, 124
  - 8.3 O conteúdo do princípio da moralidade, 125
  - 8.4 O conteúdo do princípio da eficiência, 129
  - 8.5 O conteúdo dos princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público, 132
  - 8.6 O princípio da impessoalidade, 134
  - 8.7 A desconsideração da personalidade jurídica no contexto das licitações e contratos, 135
  - 8.8 A desconsideração da personalidade jurídica decretada pela Administração Pública, 144
  - 8.9 A obediência ao princípio da motivação no ato administrativo da imposição da desconsideração da personalidade jurídica, 148
  - 8.10 A natureza jurídica do ato administrativo de desconsideração da personalidade jurídica, 150
  - 8.11 A desconsideração da personalidade jurídica como ato de obediência ao devido processo legal substancial, 151
  - 8.12 As sanções de acordo com a Lei Baiana de Licitações, 153
    - 8.12.1 O que são normas gerais?, 154
    - 8.12.2 As sanções da Lei Baiana de Licitações e as normas gerais, 156
    - 8.12.3 A positivação da desconsideração da personalidade jurídica pela Lei Baiana de Licitações e Contratos, 157
  - 8.13 A desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção, 158
    - 8.13.1 Dos atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira e responsabilização administrativa, 160
    - 8.13.2 A competência para aplicação da sanção e procedimento, 161
    - 8.13.3 A desconsideração da personalidade jurídica nos termos da Lei 12.846/13, 162

*Conclusão*, 163

*Bibliografia*, 167